

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Guilherme Jose Ribeiro Dias

**ESCOLAS ITINERANTES, PEDAGOGIA SOCIALISTA E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO
EMANCIPADORA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Rogéria Campos de Almeida Dutra

Juiz de Fora
2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **GUILHERME JOSE RIBEIRO DIAS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072160A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ESCOLAS ITINERANTES, PEDAGOGIA SOCIALISTA E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA**, desenvolvido durante o período de 10 de Dezembro de 2025 a 20 de Janeiro de 2026 sob a orientação de ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 20 de janeiro de 2026.

GUILHERME JOSÉ RIBEIRO DIAS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

ESCOLAS ITINERANTES, PEDAGOGIA SOCIALISTA E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Guilherme Jose Ribeiro Dias¹

RESUMO

O texto analisa a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela construção e consolidação das Escolas Itinerantes como parte de um projeto de educação emancipatória, em confronto direto com a lógica neoliberal dominante. A educação, para o MST, é entendida como instrumento de transformação social, articulada à luta pela terra, à organização coletiva e à emancipação humana, fundamentada em uma perspectiva marxista. Autoras como Rebecca Tarlau, Sandra Luciana Dalmagro, Maria Antônia de Souza e Caroline Bahniuk evidenciam que essas escolas buscam romper com a visão mercantil da educação, valorizando o território, o trabalho coletivo e a formação política dos sujeitos. As Escolas Itinerantes desafiam o modelo escolar tradicional ao se organizarem de forma flexível, acompanhando a dinâmica dos acampamentos, mas enfrentam graves dificuldades estruturais, burocráticas e ideológicas na relação com o Estado. Inseridas em um contexto de crise estrutural do capitalismo e avanço do agronegócio, essas escolas sofrem com precarização e subfinanciamento. Apesar disso, o texto destaca a educação do MST como prática de resistência, que afirma a escola pública como direito e como espaço de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: MST; Educação; Emancipação; Luta; Escola.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, veremos uma apresentação de estudos sobre como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), através das “Escolas Itinerantes”, tenta sobreviver e se consolidar em um sistema educacional tomado pela lógica e a razão neoliberal, trazendo autores e autoras que estudaram mais a fundo o caso de “Escolas Itinerantes” pelo Brasil, mais especificamente no Paraná, mostrando a realidade e os desafios que estas escolas enfrentam durante a sua jornada em busca de uma educação libertadora. É apresentado também autores que enxergam a educação e a estrutura social de forma mais ampla com a finalidade de incorporar no artigo visões gerais do que acontece na luta das “Escolas Itinerantes”. Em vez de uma estrutura burocrática estática, a Escola Itinerante é concebida como uma “escola em movimento”, que acompanha o itinerário e a dinâmica real dos trabalhadores em luta, deslocando-se conforme as necessidades do acampamento, ocupações ou marchas.

É de suma importância que seja estudado, estes fenômenos que rompem com a estrutura impostas pelo capitalismo, um sistema econômico que, à algum tempo, já deixou de ser apenas um simples sistema econômico e passou a ser um organismo quase que biológico que dita e rege o padrão e o estilo de vida mundial, por tanto, iniciativas que tentam quebrar esses padrões tendem a serem vistas de forma patológica no organismo capitalista, e é hostilizada dentro desse organismo para que não se espalhe e quebre a lógica criada, a visão de mundo e o estilo de vida já estabelecidos como padrão, segundo a visão Marxista. A Partir dessa teoria de Durkheim, sobre os fatos sociais normais e patológicas, a forma de educação que as escolas do MST se propõem a aplicar se encaixa perfeitamente como um fato social patológico, onde está tem que enfrentar diversos desafios e opressões para fazer com que a ideia sobreviva e reverbere.

Inicia-se o trabalho apresentando as visões das autoras Rebecca Tarlau (2017), Sandra Luciana Dalmagro (2010) e Maria Antônia de Souza (2007), pavimenta-se o caminho para desenvolver e apresentar a ideias dos estudos das mesmas sobre como o Movimento enxerga a educação a partir de uma perspectiva marxista e o que é a luta por uma educação emancipatória. Segue com a apresentação das escolas itinerantes e como estas se organizam pedagogicamente, juntamente, com a relação com o estado, que, reafirma como o organismo capitalista hostiliza fatos sociais patológicos que tentam sobreviver no seu

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Rogéria Campos de Almeida Dutra.

sistema orgânico estabelecido. E, por fim, no último tópico desenvolve algumas das lutas travadas pela educação emancipatória do Movimento dentro do sistema capitalista que a rege e a oprime ao mesmo tempo.

Apesar das dificuldades e desafios apresentados no trabalho, é importante que se veja a luta das escolas do MST como um ato de resistência contra o sistema capitalista e, que, apesar de tudo, ainda existe luta, e batalhas a serem travadas para que se mantenha a esperança de um mundo melhor através da educação.

2. VISÕES DAS AUTORAS SOBRE AS ESCOLAS ITINERANTES

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela educação vai muito além do simples acesso à escola e estrutura educacionais dignas. Desde a sua formação, o movimento entende a educação como um instrumento de transformação social, vinculado à luta pela terra, pela dignidade e pela emancipação humana. Nesse sentido, a proposta educacional do MST articula o processo formativo à prática política e à construção coletiva de um projeto de sociedade mais justa e igualitária.

Para Rebecca Tarlau (2017), a educação do campo surge como um paradigma alternativo à lógica neoliberal, que submete à escola às exigências do mercado e à racionalidade empresarial. Assim, “O paradigma da educação do campo é contrário à visão empresarial capitalista e defende indissociabilidade entre sujeito e território.” (FERNANDES; TARLAU, 2017, p. 546).

Essa perspectiva compreende a escola como espaço de enraizamento cultural, valorização do trabalho coletivo e fortalecimento das comunidades camponesas. Assim, a educação se torna parte essencial do projeto político de resistência e de construção de um novo modo de vida no campo.

O trabalho de Dalmagro (2010) reforça essa dimensão política e emancipatória da escola dentro do MST. A autora observa que o movimento construiu uma ampla rede educacional que inclui escolas em acampamentos, assentamentos e centros de formação, buscando articulá-las a um projeto socialista de sociedade.

O sentido maior atribuído à escola é o de ligar-se à transformação social especialmente por meio de três objetivos: a formação para o trabalho, para o conhecimento elaborado e para a formação de militantes. (DALMARGO, 2010, p.5).

Essa concepção aponta para uma escola comprometida não apenas com a transmissão de conteúdos, mas com a formação integral do sujeito enquanto agente histórico e político. Entretanto, essa proposta enfrenta diversos desafios estruturais e institucionais. Muitas escolas criadas nos assentamentos ainda carecem de infraestrutura, professores efetivos e reconhecimento legal por parte do Estado. Conforme analisa Caroline Bahniuk (2008), as chamadas Escolas Itinerantes — que funcionam nos acampamentos — representam “um embrião, uma referência de escola para a classe trabalhadora”, mas sofrem com a contradição de buscar “reconhecimento do Estado e, ao mesmo tempo, instituir formas alternativas de escolarização” (Bahniuk, 2008, p. 3). A ausência de regularização dificulta o acesso a recursos públicos e à contratação de profissionais, o que leva muitas dessas experiências a dependerem do trabalho voluntário e da militância de educadores.

Apesar dessas limitações, a produção acadêmica tem reconhecido a relevância social e pedagógica dessas experiências. Maria Antônia de Souza (2007), ao mapear pesquisas sobre educação e MST, demonstra que esses estudos “denunciam a marginalidade com que a educação dos povos do campo foi tratada na legislação educacional e anunciam as possibilidades pedagógicas da prática coletiva no movimento social” (Souza, 2007, p. 444). Essa marginalização se manifesta na dificuldade de adequar as escolas do campo aos sistemas oficiais de ensino, o que impede sua plena integração às políticas públicas estaduais e municipais.

Dessa forma, o MST e outras organizações do campo continuam reivindicando que suas escolas sejam reconhecidas e financiadas pelo poder público, sem perder sua autonomia pedagógica. Essa luta

revela uma tensão constante entre o projeto de emancipação popular e a burocracia estatal, evidenciando que a consolidação da educação do campo depende tanto da ação coletiva dos trabalhadores quanto de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam essas iniciativas.

3. A PERSPECTIVA MARXISTA E A LUTA POR EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A articulação entre a luta pela terra e a luta por educação na perspectiva marxista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reside no objetivo estratégico de alcançar a emancipação humana e social, encarando a educação como um instrumento indispensável na luta de classes contra a lógica destrutiva do capital. A luta pela terra, que é a reivindicação central do MST, articula-se com a luta por uma sociedade justa e igualitária e pela superação das relações capitalistas, com isso, a educação emerge nessa trajetória não apenas como uma reivindicação social básica, mas como uma necessidade para a própria luta, sendo crucial para garantir a permanência e a organização dos sujeitos nas áreas conquistadas.

Na visão marxista do MST, de acordo com Luciana Dalmargo, essa articulação se manifesta em três eixos fundamentais que orientam a proposta escolar: a formação para o trabalho, o acesso ao conhecimento elaborado e à ciência e a formação de militantes. Assim, o elo fundamental é a concepção de que a transformação das circunstâncias materiais e a transformação dos indivíduos são inseparáveis, constituindo a práxis revolucionária. Dessa forma, a escolarização, e a educação formal é vista como um espaço de luta que precisa ser ocupado e transformado, deixando de ser um instrumento de reprodução da lógica do capital e passando a contribuir para a formação da consciência de classe.

Com esse objetivo de uma escola que não reproduza as dominações do liberalismo, mas sim, que se articule em prol dos trabalhadores, a escola deve se articular com a realidade em que está inserida, indo além do cotidiano imediato para apreender o real em sua complexidade e contradições. Isso auxilia os estudantes a se reconhecerem como sujeitos históricos e a entenderem as relações sociais que geram sua exploração. Demonstrar também que a escola é um espaço de luta incorporando na escola como conteúdo de estudo e experiência, as ocupações, os acampamentos, as marchas e as mobilizações, ligando a teoria com a prática. Para a formação do trabalho e acesso ao conhecimento a escola tenta reformular a função do trabalho e do conhecimento escolar usando o trabalho como princípio educativo, promovendo a união entre ensino e trabalho, não na perspectiva da exploração capitalista, mas sim para o pleno desenvolvimento humano e para a construção de novas formas de produção cooperativa no campo. O trabalho na escola deve ser produtivo e socialmente útil, visando à superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, assim como o conhecimento científico não é utilizado como fim, mas como uma ferramenta para interpretar a realidade concreta e qualificar a ação política, superando o senso comum.

Formar militantes a partir da educação emancipadora, exige da escola desenvolver a consciência social e a consciência revolucionária, ajudando a base a entender que a luta pela terra é parte da luta da classe trabalhadora desta forma a escola precisa preparar futuras lideranças e militantes, desenvolvendo neles disciplina e coerência com os valores socialistas. Para concluir todos esses objetivos é de grande responsabilidade que a escola seja o exemplo, a partir de uma gestão e auto-organização que exercite a democracia direta e o trabalho coletivo, por meio da auto-organização dos estudantes e a participação da comunidade, preparando os alunos para a gestão coletiva e consciente de todas as dimensões da vida social (o horizonte da sociedade socialista), desta forma se contrapondo à passividade e à autoridade verticalizada da escola capitalista.

4. A ESCOLA ITINERANTE, A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E A RELAÇÃO COM O ESTADO

A itinerância das escolas nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desafia a concepção tradicional de escola ao romper com a ideia de que a educação deve estar restrita a um prédio físico, fixo e imóvel. Em vez de uma estrutura burocrática estática, a Escola Itinerante é concebida como uma "escola em movimento", que acompanha o itinerário e a dinâmica real dos trabalhadores em luta, deslocando-se conforme as necessidades do acampamento, ocupações ou marchas.

Com essa prática as escolas do MST desafiam modelos tradicionais de escola como: a desconstrução do espaço físico; a flexibilização normativa e burocrática; a adaptação do tempo escolar; e o vínculo entre educação e realidade.

Na desconstrução do espaço físico a escola deixa de ser definida por paredes e cimento para funcionar em espaços improvisados e adaptáveis, como debaixo de lonas pretas, em barracos de madeirite ou mesmo a céu aberto durante manifestações políticas. Essa flexibilidade permite que o aprendizado ocorra onde o educando está, integrando a paisagem e os conflitos sociais como subsídios para o conhecimento e isso, força o Estado a reconhecer a legalidade e a garantir a certificação de alunos que não possuem um endereço fixo, o que confronta as normas rígidas dos sistemas estaduais de ensino. No Paraná, por exemplo, a oficialização dessas escolas exigiu um processo de convencimento dos conselhos estaduais para aceitar que educadores do próprio acampamento ministrarem aulas e que o calendário escolar fosse adaptado à dinâmica da luta social. O tempo escolar também tem de ser adaptável às escolas itinerantes, que diferente da escola fixa que segue horários administrativos rígidos, a escola itinerante reorganiza seus tempos educativos (como o tempo-aula, tempo-trabalho e tempo-mística) para estarem em sintonia com a vida orgânica do movimento. Ela busca superar a "gramática escolar" tradicional que separa o tempo de estudar do tempo de viver e lutar. Ao estar inserida no espaço de contestação que é o acampamento, a escola desafia a neutralidade burocrática tradicional, assumindo-se como um instrumento de resistência e formação de militantes. A itinerância permite que o currículo não seja algo "congelado", mas sim um reflexo das experiências imediatas, como marchas e despejos, transformando a luta social em conteúdo de estudo.

Entretanto, "nem tudo são flores" e essa itinerância vive uma contradição: embora rompa com a fixidez física, a escola muitas vezes enfrenta dificuldades para superar a fixidez pedagógica, correndo o risco de manter métodos de ensino tradicionais, como avaliações baseadas em notas e ensino baseado na eficiência, mesmo dentro de uma estrutura que se move. Além disso, a precariedade das instalações e a rotatividade dos educadores impõem limites constantes à plena implementação dessa proposta inovadora.

Outro desafio que a escola itinerante do MST enfrenta é o investimento (ou a falta dele) do estado às escolas, a relação financeira entre a Escola Itinerante e o Estado é caracterizada por uma tensão entre o dever do poder público de garantir a educação e a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para gerir esses recursos de acordo com seus próprios princípios organizativos. Embora sejam vinculadas ao MST, muitas Escolas Itinerantes são instituições públicas, integrando as redes estaduais de ensino, sendo assim de responsabilidade do Estado a contratação de educadores e funcionários, o pagamento de salário e de ajudas de custo; a manutenção ou instalação das infraestruturas necessárias para o trabalho pedagógico, mesmo que provisórias; e recursos operacionais, Verbas para merenda escolar, acervo de bibliotecas e aquisição de materiais didáticos. Mesmo com a responsabilidade do investimento sendo do Estado, o MST ainda tem outras responsabilidades.

Quem acompanha e responde institucionalmente pelas Escolas Itinerantes é a Escola Base, geralmente localizada em um assentamento e que assume também a proposição de Educação do MST. A Escola Base possui um único Projeto Político Pedagógico que inclui as Itinerantes a ela vinculadas. Destina-se à Escola Base a função de agregar a documentação dos alunos (matrículas e transferências) e da equipe pedagógica, de administrar a verba destinada para as Escolas Itinerantes[...] (BANHIUK, 2008, p. 42).

No estado do Paraná, a formalização financeira ocorre frequentemente por meio de convênios entre a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e entidades jurídicas que representam o Movimento, como a ACAP (Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária), através desse convênio, o Estado repassa uma "ajuda de custo" para os educadores e recebem uma verba para manutenção chamada "fundo rotativo", cujos valores são frequentemente citados como insuficientes pelas fontes.

[...] Depoimento de educadores representantes da Escola Base presentes no I Seminário de Avaliação das Escolas Itinerantes, ocorrido em maio de 2007. Os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental dessas escolas são contratados por meio de um convênio entre a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária (ACAP) – entidade jurídica que representa o MST no Estado do Paraná –, e a Secretaria de Educação do Estado. Formalmente, é contratado um educador por turma. (BANHIUK, 2008, p. 138).

Na escola itinerante se destaca também uma marca distintiva, que é a redistribuição coletiva dos recursos repassados pelo Estado. Na Escola Sementes do Amanhã, por exemplo, as ajudas de custo de 11 educadores contratados formalmente eram somadas e redistribuídas entre todos os 20 educadores que efetivamente trabalhavam, garantindo que ninguém ficasse sem remuneração.

Obviamente, existem problemas nessa relação Estado/Assentamento marcados por embates burocráticos e ideológicos. Os convênios costumam ser anuais e dependem da aprovação do orçamento estadual, o que gera atrasos frequentes nos pagamentos. Muitas das vezes o acampamento assume o financiamento em momentos de precariedade e falha do Estado.

É de se destacar também, o atrito ideológico e a raiz preconceituosa que gira em torno de financiar recursos ao movimento sem-terra. Dependendo da linha governamental e ideológica que rege o Estado no momento, é perceptível o tratamento distinto com escolas do MST, questionando-se é válido usar dinheiro público para as escolas do MST. “[...] a relação da Escola Itinerante com o Estado não ocorre sem conflitos, pois se trata de duas lógicas distintas: a lógica presente no Movimento Social e a que rege o Estado.” (Banhuk, 2008, p. 44).

Em resumo, a Escola Itinerante depende financeiramente do Estado, mas busca subverter a lógica individualista do financiamento público ao gerir os recursos de forma coletiva e autônoma, garantindo que a escola sirva aos propósitos da luta social.

5. OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NA ESTRUTURA CAPITALISTA

O capitalismo tem uma falha grotesca: o fenômeno profundo e persistente que vai além de oscilações conjunturais, sendo definida por Mészáros (2004) como uma fase de "desenvolvimento regressivo" e "desperdício permanente". Esta se denomina, de acordo com os textos de Sandra Luciana Dalmago (2010), como “crise estrutural do capitalismo”. Essa crise manifesta-se em diversas dimensões que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade.

O capital apresenta uma tendência inerente à autodestruição, evidenciada pela degradação profunda do meio ambiente, pelo desemprego estrutural (mesmo em países centrais) e pelo desperdício desenfreado tanto na produção quanto no consumo. Essa lógica subordina a produção de riquezas ao valor de troca, tornando útil apenas o que é vendável e ignorando as necessidades humanas reais. Além disso, uma das marcas mais perversas dessa crise é o desperdício de seres humanos, que formam uma massa excedente não mais chamada ao processo produtivo de mais-valia. Isso cria uma situação de imobilidade social e política para os pobres, que sobrevivem em condições precárias sob políticas assistencialistas.

Essa crise reflete diretamente no sistema educacional, o sistema educacional reflete integralmente essa crise estrutural, vivendo uma crise de identidade. Enquanto a razão neoliberal tenta impor a governança corporativa e a lógica do mercado como solução para os problemas educacionais, sem fazer uma autocrítica das contradições do sistema. Ele dissemina uma visão de mundo onde as pessoas são tratadas como "capital humano" e a educação é reduzida a um serviço ou mercadoria. E é aí que entra o desafio das escolas do MST, que é subverter essa razão hegemônica neoliberal.

A hegemonia do neoliberalismo nos desafia a pensar como mudar o mundo, o que significa para o campesinato a construção de seu próprio território a partir de relações sociais familiares, comunitárias, cooperativas, associativas, ou seja, não capitalistas. A razão neoliberal pensa a educação como uma forma de intensificar a lógica empresarial, competitiva, em que as pessoas são equivalentes ao *capital*, ou *capital humano*. (TARLAU, 2017, p. 547)

No contexto do MST, a ascensão do agronegócio é outro problema que também deve ser observado em conjunto com a crise estrutural do capitalismo. Ambos exercem impactos profundos e contraditórios na educação dos assentamentos, afetando desde a infraestrutura material até o propósito pedagógico das escolas. O avanço do agronegócio, que une o capital financeiro a empresas transnacionais, colocou a luta de classes no campo em um novo patamar, onde o controle político sobre os governos impõe um modelo de produção voltado exclusivamente para *commodities*.

O Estado prioriza o financiamento e subsídios para o agronegócio, enquanto a reforma agrária social e suas escolas permanecem paralisadas ou sub financiadas e a educação é frequentemente reduzida a um caráter assistencialista e compensatório, visando apenas minimizar as desigualdades sem alterar a raiz da exploração. A qualidade educacional é severamente atingida por esse descaso do estado. A infraestrutura precária é recorrente nas escolas do MST, segundo dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) cerca de 40% das escolas nos assentamentos não possuem energia elétrica e 75% não têm qualquer meio de comunicação de massa, enquanto apenas 1% (um por cento) das escolas possuem laboratórios de ciências e 2% (dois por cento) laboratórios de informática. A maioria das escolas possuem apenas uma sala, que é dividida entre as séries e turmas presentes no colégio, cerca de 40% (quarenta por cento) das escolas não possuem energia elétrica, 75% (setenta e cinco por cento) não possuem meio de comunicação em massa e menos 1% (um por cento) têm acesso a internet. Por conta desses problemas de infraestrutura e falta de material os educadores têm o desafio diário de operar a partir de condições insalubres, conseqüentemente é quase que inviável que façam um trabalho pedagógico profundo, contudo é admirável como escolas do Movimento ultrapassam essas barreiras e conseguem seguir com o bom trabalho educacional.

É preciso considerar que os demais aspectos acima apontados como limites para a concretização do projeto educacional do Movimento tornam a precariedade da infraestrutura física e pedagógica mais dramática, ou tida como um empecilho intransponível, o que também precisa ser relativizado para não gerar imobilismo. Algumas escolas itinerantes demonstram que é possível desenvolver um bom trabalho educacional mesmo em condições de estrutura física adversa[...] (DALMARGO, 2010, p. 265).

Além dos problemas de estrutura física, os embates ideológicos e pedagógicos são outra batalha em meio a guerra que as escolas do Movimento devem enfrentar para se manterem vivas. A razão neoliberal tenta impor às escolas dos assentamentos a lógica da governabilidade corporativa, tratando os estudantes como engrenagens, a serem programadas para a competitividade de mercado. Esse modelo promove uma segregação escolar, onde aos pobres do campo é oferecida uma educação voltada para a submissão e o aprendizado instrumental de ofícios, enquanto o acesso ao conhecimento científico e universal é dificultado. Como contrapondo a esse avanço, o paradigma da Educação do Campo e programas como o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) surgem como estratégias de resistência. Eles buscam redefinir a qualidade educacional não pela eficiência de mercado, mas pelo vínculo da escola com o desenvolvimento sustentável do território camponês e a formação de militantes capazes de analisar criticamente o ambiente político e econômico. A luta do MST, portanto, foca em ocupar a escola pública para garantir que ela não seja apenas um instrumento de subordinação ao Estado burguês, mas um espaço de emancipação.

O sistema educacional do MST enfrenta questões internas, como fazer com que o trabalho social útil - que é um princípio educativo fundamental nas propostas de educação ligadas ao MST e à Pedagogia

Socialista, que define o trabalho não como um mero recurso didático ou atividade ilustrativa, mas como a base real do programa escolar – não caia no ativismo e no esvaziamento dos conteúdos científicos. O ativismo é definido como a ação que sacrifica a reflexão, tornando-se um "fazer pelo fazer" que nega a verdadeira práxis (Freire, 2011). Para que o trabalho socialmente útil atue como princípio educativo sem degenerar em ativismo ou esvaziamento científico, ele deve ser compreendido como a base do programa escolar, e não apenas como um recurso didático isolado ou um mero fazer mecânico. Dessa forma, unir a teoria e a prática é essencial, ou seja, trabalho na escola deve ser uma inserção real no processo produtivo social, servindo de elo entre as estruturas educativas e produtivas. A prática é o fundamento e a finalidade da teoria, mas a teoria é o que dá clareza e eficácia à prática.

Assim, a prática é a razão da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade. A teoria depende, pois, radicalmente da prática. Os problemas de que ela trata são postos pela prática e ela só faz sentido enquanto é acionada pelo homem como tentativa de resolver os problemas postos pela prática. (BANHIUK, 2008, p. 113).

Pode se citar como exemplo, para alcançar esse objetivo, é fazer com que o trabalho se torne conteúdo de uma intencionalidade pedagógica, assim, fazer com que atividades como a limpeza da escola e o cultivo de hortas se tornem educativas a partir de uma reflexão profunda sobre o sentido social e científico dessas tarefas, evitando a mera reprodução de movimentos, e se distanciando da lógica neoliberal e do trabalho industrial, o trabalho deve ser um eixo para as relações sociais, econômicas e políticas.

6. APESAR DE TUDO

Nesse ponto do texto, depois de olharmos e analisarmos toda as problemáticas enfrentada pelo sistema educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é de se tomar um sentimento de pessimismo quanto a tentativa de fuga da escolaridade tecnicista neoliberal. Visto que, por mais que o Movimento, juntamente com a PRONERA, tenham estratégias para contornar esse problema, sobreviver e prosperar na luta dentro do Estado burguês, é quase impensável. A radicalidade pedagógica proposta, esbarra em empecilhos que já são enraizados dentro do estado como a subordinação burocrática, a falta de infraestrutura para colégios públicos e a constante obrigação de não se acomodar nos moldes didáticos do estado, tudo que já esmiuçamos até aqui. No entanto, a partir daqui, vamos tentar destacar quão importante é essa luta e como ela representa uma luz no fim do túnel para a superação do estado de dominância burguesa. Enquanto, para o estado neoliberal a educação é tratada, cada vez mais, como mercadoria o MST vem apresentá-la e tratá-la de forma diferente, do jeito que deveria: como um direito. O MST, realiza diversas campanhas de alfabetização, não só para crianças e adolescentes, mas também, para jovens, adultos e idosos, levando a educação para além do limite etário que a educação neoliberal que prioriza produção impõe.

Vale ressaltar, e exaltar, o trabalho educacional feito pela equipe pedagógica das escolas itinerantes, que vão na contramão da educação vigente, que objetiva sempre a emancipação humana em detrimento da formação de capital humano para o mercado. Enquanto a razão neoliberal impõe a governança corporativa e a eficiência de mercado como métricas educacionais, adotando a educação bancária, sempre criticada por Paulo Freire, transformando, assim, a educação em serviço ou mercadoria, do outro lado o MST propõe uma escola enraizada na luta de classes e na indissociabilidade entre o sujeito e seu território, transformando alunos em indivíduos pensantes, capazes de questionar e lutar contra as injustiças sociais.

Essas características adotadas pelo Movimento, alimenta a luz da pedagogia freiriana no nosso país, incorporando os conceitos da conscientização e libertação do oprimido na sua práxis revolucionária. O MST herda também o método de "temas geradores" da pedagogia de Freire onde temas emergem da investigação do universo vocabular e existencial dos alunos, servindo para desvelar as contradições da realidade e o MST adota isso da sua forma, utilizando da realidade imediata da luta (ocupações, despejos, trabalho na roça) como ponto de partida para o estudo. O objetivo é que o aprendizado da leitura e escrita seja também um aprendizado da leitura crítica do mundo e da situação de exploração. Ainda inspirado por Freire, o MST propõe uma relação horizontal e dialógica entre professores e alunos. O professor não é visto

como o único detentor do saber, mas como um militante e companheiro que aprende junto com o educando. Nas Escolas Itinerantes, por exemplo, a proximidade física (morar no mesmo acampamento) e a identificação com a mesma luta social fortalecem esse laço de solidariedade, quebrando a hierarquia rígida da escola burguesa.

Analisando a fundamentação da pedagogia socialista proposta pelo MST, de Marx a Paulo Freire, passando por pelos textos de Sandra, Caroline e Rebecca, é impossível não reconhecer a luta feita pelo Movimento em prol de mudar a estrutura estabelecida do neoliberalismo. Passamos por cada etapa dos desafios e dificuldades enfrentados para mostrar que, apesar de tudo, ainda há luta.

7. REFERÊNCIAS

BANHIUK, Caroline. **EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM ESTUDO SOBRE AS ESCOLAS ITINERANTES DOS ACAMPAMENTOS DO MST**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

DALMARGO, Sandra Luciana. **A ESCOLA NO CONTEXTO DAS LUTAS DO MST**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

DURKHEIM, Emile. **AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

SOUZA, Maria Antônia. **A PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 36 set./dez. 2007.

TARLAU, Rebecca. **RAZÕES PARA MUDAR O MUNDO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONTRIBUIÇÃO DO PRONERA**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 140, p.545-567, jul.-set., 2017.